

# A INCLUSÃO DE DEFICIENTES VISUAIS NO CURSO SUPERIOR NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

INDAIAL, 06/2011.

Kátia Girardi Dallabona<sup>1</sup>

Centro Universitário Leonardo da Vinci – Indaial – katiaalexandre@uol.com.br

(0xx47) 9978-6990

Setor Educacional: Educação Universitária

Nível Macro: Acesso, Equidade e Ética

Nível Meso: Serviços de Apoio ao Estudante

Nível Micro: Características de Aprendizizes

Natureza: Relatório de Pesquisa

Classe: Investigação Científica

*RESUMO: Este artigo tem como objetivo geral compreender a inclusão de deficientes visuais na Educação a Distância (EAD), sob o olhar do acadêmico, do professor-tutor e da ledora. Os objetivos específicos contemplam analisar o enunciado<sup>2</sup> dos acadêmicos, do professor-tutor e da ledora sobre a inclusão de deficientes visuais e descrever facilidades e dificuldades que a tutora/ledora sentem ao se deparar com deficientes visuais na EAD. Optou-se em discutir esta temática, para conhecer essas facilidades e dificuldades que o deficiente visual tem encontrado ao cursar a universidade e, conseqüentemente, seu*

---

<sup>1</sup> Esse trabalho foi orientado pela Msc. Jociane Stolf, Mestre em Educação e Licenciada em Letras pela Universidade Regional de Blumenau, professora- tutora interna da Uniasselvi-pós. E-mail: jociane.fabio@gmail.com.

<sup>2</sup> “O discurso sempre fundido em forma de enunciado pertencente a um determinado sujeito do discurso, e fora dessa forma não pode existir”. (BAKHTIN, 2003, p. 274).

*professor-tutor e a ledora. A pesquisa é de cunho qualitativo e um estudo de caso, pois consiste em observar determinado número de acadêmicos em um foco específico – deficientes visuais. Através dos dados coletados, compreende-se que o uso de tecnologias e a presença da professora-ledora facilitam o processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos, porém a carência de materiais concretos de diferentes suportes ainda é uma das dificuldades encontradas no processo de ensinar e de aprender.*

*Palavras-chave: Deficiência Visual. Inclusão. Educação a Distância.*

## 1. Introdução

O artigo baseia-se na concepção de educação inclusiva, focando, de modo mais específico, a deficiência visual, pois sabemos que essa é uma condição limitante para muitos cidadãos em todo o mundo, embora a Constituição Brasileira (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, Lei 9.394/96) garantam, aos portadores de necessidades especiais, o aprendizado e todos os direitos de cidadão comum, visando eliminar todas as formas de discriminação contra pessoas portadoras de deficiência. Mesmo com a legislação em prol dessas pessoas, muitas vezes, não se percebe esse processo na prática acadêmica.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo será compreender a inclusão de deficientes visuais na Educação a Distância (doravante EAD), sob o olhar do acadêmico, do professor-tutor e da ledora. Para complementar, temos como objetivos específicos: a) analisar o enunciado dos acadêmicos, do professor-tutor e da ledora sobre a inclusão de deficientes visuais na EAD; b) descrever facilidades e dificuldades que a tutora/ledora sentem ao se deparar com deficientes visuais na EAD.

Para alcançar os objetivos propostos, desenvolveu-se uma pesquisa qualitativa, de cunho interpretativo. Para tanto, também realizamos um estudo de caso, que, de acordo com Bogdan e Biklen (2003, p. 89), “consiste na observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico”. Os mesmos autores definem pesquisa qualitativa como um “[...] processo de condução de investigação que reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos

sujeitos, dados estes não serem abordados por aqueles de uma forma neutra.” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

A coleta de dados foi realizada em uma instituição localizada no Médio Vale do Itajaí-SC, no início deste corrente ano (2011). Em um primeiro momento foi realizada uma busca a fim de verificar o número de acadêmicos deficientes visuais dos cursos de graduação da EAD daquela instituição e seus respectivos professores-tutores externos e ledores. Após esse mapeamento, foi enviado um *e-mail* aos sujeitos da pesquisa, que continha cinco perguntas e explicava o motivo deles receberem esse *e-mail*. Por meio dessas perguntas e suas respectivas respostas, desejamos compreender os recursos e a metodologia adotada pela Instituição de Ensino Superior que os acadêmicos estão inseridos, propondo melhorias.

Nesse movimento de envio do *e-mail*, foram convidados seis acadêmicos para participarem da pesquisa, contudo, até o momento da construção deste artigo, apenas dois enviaram suas respostas; e dos cinco professores-tutores externos convidados, apenas um enviou resposta. A partir do retorno daqueles dois acadêmicos, enviamos um *e-mail* para as ledoras indicadas por eles e recebemos a resposta de apenas uma. Por isso, sendo este artigo composto por quatro sujeitos: dois acadêmicos, uma professora-tutora externa e uma ledora, pudemos compreender a inclusão de pessoas com deficiência visual sob a perspectiva de três olhares sociais diferentes.

Com esse mapeamento, compreendemos que há um número restrito de sujeitos com deficiência visual que frequentam a universidade na modalidade EAD. Isso pode estar relacionado ao fato de que o acesso às informações são limitadas, porque esses sujeitos dependem de outras pessoas para lhe informarem o que é veiculado pelos meios de comunicação (propagandas de *outdoor*, *sites* de internet, *fôlder*, entre outros meios de divulgação dos cursos da universidade).

A fim de preservar a identidade de cada sujeito, optamos em retirar os nomes dos informantes e utilizamos letras aleatórias. Além disso, é preciso considerar que, ao enviar o convite, este foi assinado pela pesquisadora com o seu nome completo e o vínculo que possui na instituição em que os acadêmicos/tutores/ledoras estão inseridos.

## 2. A deficiência visual e o ensino a distância: um diálogo possível

Os dados coletados possibilitam levantar aspectos fundamentais para que os acadêmicos com deficiência visual possam ser incluídos na universidade.

O primeiro questionamento realizado diz respeito aos recursos tecnológicos, se os mesmos são apropriados e suficientes para realizar o curso na EAD. Como os entrevistados possuem acesso a ferramentas tecnológicas, os recursos disponibilizados são bastante satisfatórios, facilitando o processo de ensino-aprendizagem.

O problema é que, nesse imenso país, temos uma realidade muito diversa: da mesma maneira que temos acadêmicos cegos que não sabem mais viver sem o auxílio de um computador, temos milhares de outros ainda utilizando os recursos usados no início do século passado. O depoimento do acadêmico G.D. explica essa situação<sup>3</sup>:

*Logo que iniciei a graduação, fui informado pelo meu tutor, que a instituição, disponibilizava os cadernos em formato digital acessível, coisa que muito me agradou. Quando recebi o primeiro exemplar do caderno, fiquei desapontado com o formato escolhido pelo pessoal da diagramação, pois os cadernos eram disponibilizados no formato txt (somente texto). O problema apresentado por esse formato, é que perde-se a possibilidade de contemplar tabelas, gráficos, diagramas, etc. Logo que percebi a dificuldade entrei em contato com o pessoal da diagramação, que dispostos a me ajudar, passaram a converter todos os cadernos para o formato pdf, isso me trouxe a possibilidade de ter acesso a informação em tempo real da mesma forma que meus colegas que não são cegos. Bem, acho que é isso, estamos falando em igualdade de condições. No momento que o pessoal da diagramação passou a preocupar-se com as minhas necessidades pessoais, percebi que dessa vez, eu estava mais perto de ser visto como um acadêmico e não um cego que está suplicando por uma migalha de informação, coisa muito comum no período integracionista onde tínhamos que apelar para que terceiros gravassem os conteúdos das disciplinas em fitas cassete. ( G. D - 27 anos, acadêmico de pedagogia)*

O enunciado de G.D sinaliza que os recursos disponibilizados são satisfatórios na universidade, necessitando de melhorias constantes. Um fato que precisa ser levado em consideração é a universidade ser sensível a providenciar a transcrição em *braille* dos livros ou esses serem gravados por um leitor, principalmente os livros e materiais sugeridos para complementar os estudos, pois os acadêmicos possuem acesso ao texto do caderno e não ao livro que é indicado como leitura complementar para entender melhor o tópico.

Os acadêmicos deficientes visuais deparam-se com dificuldades na compreensão dos conteúdos atribuídas ao distanciamento entre suas possibilidades de acesso às informações expostas nas salas de aulas,

---

<sup>3</sup> Todos os dados obtidos foram transcritos conforme o recebido, para manter a singularidade de cada sujeito.

acrescidas, muitas vezes, da abstração predominantemente desses conteúdos. Deste modo, o uso de material didático assume o ponto central do ensino. Tal fato advém de que a deficiência visual constitui um sério obstáculo, que resulta, em grande parte, da não disponibilidade de recursos didáticos apropriados às suas necessidades educacionais e da disposição dos professores para a elaboração de atividades que auxiliem os acadêmicos a desenvolver o senso crítico.

Na perspectiva da educação inclusiva, os recursos tecnológicos são de fundamental importância. É utilizado como instrumento facilitador da aprendizagem, busca na criatividade uma alternativa para que o aluno realize o que precisa ou deseja, possibilita uma melhor comunicação e permite assim, que o aluno cego ou com visão reduzida, construa individualmente ou coletivamente novos conhecimentos. (RODRIGUES; BARNI, 2009, p. 8835)

Outro questionamento abordado foi sobre a metodologia utilizada pelo professor itinerante (ledor) e o professor-tutor externo, se elas facilitam o processo de ensino-aprendizagem e a resposta foi afirmativa.

*Em uma aula de geografia, em que normalmente, visando demonstrar na prática aquilo que acaba de ser estudado, de forma conceitual faz-se uso de um mapa, o professor passa a oferecer aos alunos informações suplementar de forma mais concreta. Salientam ainda para que todos estejam em igualdade de condições, esse mesmo mapa precisa estar de acordo com os princípios do desenho universal, para que dessa forma todos os que ali estão, passam a ter condições de criar o seu próprio entendimento do mapa. Percebe-se que para os acadêmicos com deficiência visual, a aprendizagem torna-se limitada, já que o ensino praticado hoje é, na maioria das vezes, teórico, e com pouco aceno à experimentação. (G. D -27 anos, e M.L -35 anos, ambos acadêmicos de pedagogia)*

Neves (2000) relata que essa não é uma característica exclusiva do sistema de ensino dedicado aos portadores de deficiência visual, o ensino como um todo sofre daquilo que o autor chama de deficiências pedagógicas extremas. Não se ensina experimentação, praticamente, em nenhum momento da vida escolar.

Já no que diz respeito à pergunta se o acadêmico com deficiência visual encontra, no meio universitário, pessoas que o estimulam a continuar no curso de graduação, a resposta foi positiva. Informaram ainda que a ledora manteve um ótimo relacionamento com os acadêmicos, favorecendo a adaptação dos materiais e, principalmente, sendo um grande aporte nas avaliações e trabalhos a serem entregues.

A Lei Federal 7.853/89 dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos individuais e sociais, sendo esta lei regulamentada pelo Decreto 3.298/99, que dispõe, em seu Art. 24, § 1º, que a inclusão é um processo educacional em

conjunto com uma proposta pedagógica, que visa recursos e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promovendo e ampliando as potencialidades dos acadêmicos que apresentam necessidades especiais, em todos os níveis da educação.

A educação das pessoas com deficiências no Brasil é um tema bastante discutível, por isso as diferenças não devem ser apenas aceitas como também acolhidas pelos professores, adotando, assim, práticas criativas, adaptando o currículo pedagógico, revendo posturas e construindo uma nova filosofia educativa. O desafio é estender o princípio da inclusão à maioria dos acadêmicos e ter em mente que o principal propósito é facilitar a aprendizagem e o ajustamento de todos, pois serão eles os cidadãos do futuro.

As questões desafiadoras enfrentadas pelos alunos e pelos educadores nas escolas de hoje não permitem que ninguém se isole e se concentre em uma única necessidade ou em um grupo-alvo de alunos. Além disso, uma abordagem fragmentada da reforma de escola não satisfaz inteiramente as necessidades dos alunos. Todos os defensores que desejam melhorar as escolas e atender às diferentes necessidades dos alunos devem se unir e reconhecer o princípio de que as boas escolas são boas escolas para todos os alunos e, então, agir com base nesse princípio. (STAINBACK; STAINBACK 1999, p. 69).

Referente às condições físicas do Polo EAD, decorrentes, principalmente, da autonomia de locomoção para o acesso às áreas universitárias, as respostas foram iguais:

*São poucas as edificações que estão dentro das normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas técnicas (ABNT). Ainda hoje, o mais comum é encontrar ações isoladas que vão sendo realizadas de acordo com a necessidade dos acadêmicos, a acessibilidade ainda é um problema da sociedade. Os problemas existem como em todos os lugares, mas são bem menores pois não temos tanta dificuldade com por exemplo, um usuário de cadeira de rodas". (G. D - 27 anos, e M.L - 35 anos, ambos acadêmicos de pedagogia )*

A professora-tutora externa relata que as adaptações das salas de aula, prédio e acesso estão melhorando ao percorrer do curso, mas há algumas observações a serem feitas:

*o acadêmico com DV deve ficar próximo a tutora, mas longe da porta; a sala de aula não pode mudar de lugar, deve ficar sempre no mesmo caminho para dar liberdade e segurança ao acadêmico; é necessário outra sala pra realizar as provas, já que a ledora precisa ler a avaliação ao acadêmico; sempre que houver mudanças na sala (jeito de organizar as cadeiras, onde a apresentação irá ocorrer, o lugar onde fica a TV) o acadêmico com DV deve ser informado, explicando como a sala está organizada e onde estão as coisas, o lugar correto, para que ele possa compreender a situação.(Tutora do curso de pedagogia)*

Nessa perspectiva do direito à inclusão, a Universidade também deve estar adequada às normas de acessibilidade, oportunizando que as pessoas com necessidades especiais exerçam seu direito de cidadania. A educação, cada vez mais, conquista espaço em diversas instituições públicas ou privadas no Brasil, auxiliando a democratização do ensino qualificado a várias pessoas que, por diferentes motivos, em outras circunstâncias, não poderiam estudar no modelo presencial (VIEIRA DE SOUZA; BECHE; SILVA, 2009).

O último questionamento realizado aos acadêmicos foi quanto à sugestão de recursos para melhorar o aproveitamento de sua experiência universitária.

*O acadêmico G.D – 27 anos cita que faria em primeiro lugar adequação do site da instituição. Apesar de ser possível navegar no site usando um leitor de telas, não podemos dizer que o mesmo encontra-se totalmente acessível. Para que a acessibilidade se torne uma realidade devem ser respeitadas normas internacionais de construção de sites contidas em um conjunto de documentos denominado (W3C). Outro aspecto que eu adotaria seria a implementação do recurso de Áudio-descrição no material didático produzido pela Universidade. A implementação desse recurso, com toda certeza, proporcionaria aos indivíduos cegos, maior autonomia nos estudos independentes.*

*Já o acadêmico M.L. -35 anos, comenta que as coisas hoje em dia são muito visuais, sugeriria menos figuras, tabelas e imagens nos cadernos, pois para nós deficientes visuais não tem sentido.*

Conforme os enunciados dos sujeitos, podemos perceber que a Universidade vêm se adequando para suprir as necessidades desse público. Os sujeitos são ouvidos para que a Universidade possa melhorar ainda mais as condições de ensino-aprendizagem. De acordo com Aranha (2003), considerações mais aprofundadas sobre o material didático para acadêmicos cegos, em geral, dependerão das circunstâncias. Cabe, no entanto, destacar que ele deve ser farto, variado e significativo. Farto, para atender a diferentes situações; variado, para despertar o interesse do educando; e significativo, para atender às finalidades a que se propõe.

O processo ensino-aprendizagem passa a ter significado quando o professor dá condições necessárias para que o acadêmico participe ativamente das atividades, contribuindo significativamente para o processo de construção social desse. O uso de materiais concretos, táteis são fundamentais para que o acadêmico cego possa construir seu próprio entendimento daquilo que vem sendo tratado. A realização da leitura do material somada à descrição das imagens, quadros e tabelas fazem uma grande diferença no que se refere ao acesso à informação, porém, se o professor-tutor não tem o devido preparo, pode influir negativamente no entendimento do acadêmico.

Segundo Belz (2002), para o acadêmico cego compreender o que se está explicando é necessária a exploração tátil com o propósito de identificar as características do objeto em análise. Ao longo desse processo, são reconhecidas, com maior número de detalhes possíveis, a textura, a natureza física, a presença ou ausência de diversos componentes e o contraste tátil da consistência do objeto.

Outro fato a ser considerado é que alguns acadêmicos, segundo relato de professores-tutores, ao recebem o material em txt. e, às vezes, não terem material para levar para a sala, ficando complicado responder tudo em *braille* e depois ter que ler em sala de aula, optam, simplesmente, em participar das atividades oralmente.

Ao pensar nas deficiências, algumas dificuldades aparecem no decorrer do curso de licenciatura, como, por exemplo: na disciplina de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) presente currículo; nas orientações de relatório de estágio, *paper* e no trabalho de graduação, na qual o apoio da ledora é fundamental, já que é ela quem auxiliará nas pesquisas e digitará todo o trabalho; nas socializações de estágio, em que muitas solicitaram um material visual (mural com informações, fotos e parte do projeto ou apresentação em *data show*), sendo que para visualizar o material do outro grupo um acadêmico precisava explicar o que estava sendo mostrado.

Segundo a ledora S.R., as facilidades acontecem principalmente durante as disciplinas que tratam do acadêmico com deficiência, pois ele possui experiências para dividir com o grupo. Além disso, dá ao professor outra visão sobre o que é ensinar, faz repensar conceitos, tais como: como o professor ou tutor deve se portar diante da turma; quais recursos didáticos são realmente importantes no processo de aprendizagem.

É preciso ensinar propiciando condições, criando situações, oferecendo oportunidades ao acadêmico para se desenvolver e ampliar suas capacidades de produzir o conhecimento, eliminando as práticas de obrigatoriedade, em que o acadêmico é levado a aprender sem saber o porquê e qual a utilidade para o seu cotidiano.

Para facilitar a interação com acadêmicos deficientes visuais é necessário adaptar o material impresso em material especializado. Segundo Pinheiro e Bonadim (2010), a conversão do livro didático em áudio (*audiobook*) e

adaptação das imagens em linguagem sensível ao toque auxiliam no processo de aprendizagem. As TICs ampliam substancialmente o universo dos acadêmicos com deficiência, facilitando seus relacionamentos interpessoais e até servindo de estímulo, pois, como sabemos, alguns desses acadêmicos são desmotivados frequentemente pela sociedade, que confunde deficiência com ineficiência.

O material didático para EAD configura-se como um conjunto de mídias (impresso, audiovisual e informáticos), no qual os conteúdos apresentam-se de forma dialógica e contextualizada, favorecendo uma aprendizagem significativa. O projeto político-pedagógico dos cursos, dentre outros aspectos, deve orientar as escolhas quanto aos recursos didáticos necessários para o alcance dos objetivos educacionais propostos. Quanto mais diversificado o material, mais nos aproximamos das diferentes realidades dos educandos e possibilitamos diferentes formas de interagir com o conteúdo. (FLEMING, 2004, p. 23 apud POSSOLLI; CURY, 2009).

Não cabe à instituição determinar o que o acadêmico irá estudar, limitar seu conhecimento, pois isso não o coloca em condições de igualdade para competir de forma justa em um mercado de trabalho já tão disputado entre os que detêm os mesmos conhecimentos. É necessário, pois, unificar os esforços, que devem estar consonantes com o objetivo final, o de incluir na EAD os acadêmicos desiguais de maneira igual, considerando cada ser um ser diferente, mas com chances iguais (PINHEIRO; BONADIM, 2010).

### 3. Considerações Finais

Uma Universidade inclusiva significa uma Universidade para todos, na qual a diversidade seja valorizada e o ensino-aprendizagem seja adequado a todos. Nesse sentido, foi possível compreender a integração e a cooperação entre o professor/ledor e o professor/tutor na EAD.

A falta de investimentos em recursos pedagógicos, como: cursos específicos para professores leitores e tutores, falta de livros didáticos em *braille*, materiais concretos, pesquisa educacional em tecnologia e em equipamentos são fatores determinantes na educação de acadêmicos com deficiência visual.

Como forma de melhorar o acesso de deficientes visuais à Universidade é interessante promover discussões e capacitações com professores-tutores externos e as ledoras, a fim de que seja compreendido o espaço, as limitações e o contexto social dos deficientes visuais.

Além disso, as aulas expositivas devem ser adequadas de uma forma mais explicativa para os deficientes visuais, porém, sem se esquecer dos videntes que convivem no mesmo espaço. Os recursos didáticos precisam ser concretos, atrativos e construídos com os acadêmicos, pois os recursos contribuem para o estudo e a participação ativa dos acadêmicos e, com a participação dos docentes, torna o processo de ensino-aprendizagem mais significativo.

A pesquisa não pretende se encerrar, mas, certamente, será um ponto de partida para acadêmicos, professores-tutores e ledores que queiram aprofundar discussões sobre a temática, afinal, acadêmicos com deficiência visual estão presentes nos cursos de ensino superior e precisam ter um ambiente que propicie o processo de ensino-aprendizagem.

#### 4. Referências Bibliográficas

ARANHA, M. S. F. **Saberes e Práticas da Inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão. Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC, 2003.

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BELZ, C. D. **O Estudo de Ângulos por Cegos**. 2002. Monografia (Especialização Educação Matemática) – Setor Matemática, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2002.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994.

NEVES, M. C. D. et al. O Ensino de Física para portadores de deficiência visual: uma reflexão. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 16, p.14, 2000.

PINHEIRO, F. B; BONADIM, T.C. Tecnologias para a Inclusão de alunos com deficiência visual no Ensino a Distância. Disponível em: <<http://www.docstoc.com/docs/47895095/Tecnologias-para-a-Inclus%C3%A3o-de-Alunos-com-Defici%C3%Aancia-Visual>>. Acesso em: 9 mar. 2011.

POSSOLLI, G. E; CURY, P. Q. Reflexões sobre a elaboração de materiais didáticos. IV Congresso Nacional de Educação – Educere. PUCPR, 2009. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2558\\_1546.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/2558_1546.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2011.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RODRIGUES, K. G.; BARNI, E. M. A utilização de recursos tecnológicos com alunos deficientes visuais no curso superior a distância de uma instituição de ensino de Curitiba-PR. IV Congresso Nacional de Educação – Educere. PUCPR, 2009. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3537\\_2058.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3537_2058.pdf)>. Acesso em: 7 mar. 2011.

VIEIRA DE SOUZA, M.; BECHE, R. C. S; SILVA, S. C. A educação a Distância contribuindo para Inclusão dos Cegos: Relato de uma experiência no Ensino Superior no Brasil. 2009. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-7819.html>>. Acesso em: 10 dez. 2010.